



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 166/12

Declara de Utilidade Pública a entidade filantrópica O Bom Samaritano, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade filantrópica O Bom Samaritano, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de abril 2013.

Assinatura manuscrita, possivelmente de um membro da comissão ou do relator.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.
ALEXANDRE CURI
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.
Relator

Assinatura manuscrita, possivelmente de outro membro da comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 29/13

Dispõe sobre as medidas relativas à
Copa das Confederações FIFA 2013 e à
Copa do Mundo FIFA 2014.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Eventos relacionados que serão realizados no Estado do Paraná.

Art. 2º Para os fins desta Lei serão observadas as seguintes definições:

I – *Fédération Internationale de Football Association – FIFA*: associação suíça de direito privado, entidade mundial que regula o esporte de futebol de associação e suas subsidiárias não domiciliadas no Brasil;

II – Subsidiária FIFA no Brasil: pessoa jurídica de direito privado, domiciliada no Brasil, cujo capital social total pertence à FIFA;

III – Copa do Mundo FIFA 2014 – Comitê Organizador Brasileiro Ltda. - COL: pessoa jurídica de direito privado, reconhecida pela FIFA, constituída sob leis brasileiras com o objetivo de promover a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, bem como os Eventos relacionados;

IV – Confederação Brasileira de Futebol - CBF: associação brasileira de direito privado, sendo a associação nacional de futebol no Brasil;

V – Competições: a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014;

VI – Eventos: as Competições e as seguintes atividades relacionadas, oficialmente organizadas, canceladas, patrocinadas ou apoiadas pela FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, COL ou CBF:

a) os congressos da FIFA, cerimônias de abertura, encerramento, premiação e outras cerimônias, sorteio preliminar, final e quaisquer outros sorteios, lançamentos de mascote e outras atividades de lançamento;

b) seminários, reuniões, conferências, *workshops* e coletivas de imprensa;

c) atividades culturais, concertos, exposições, apresentações, espetáculos ou outras expressões culturais, bem como os projetos Futebol pela Esperança (*Football for Hope*) ou projetos beneficentes similares;

d) Partidas de futebol e sessões de treino;

e) outras atividades consideradas relevantes para a realização, organização, preparação, *marketing*, divulgação, promoção ou encerramento das Competições.

VII - Períodos de Competição: espaço de tempo compreendido entre o 20º (vigésimo) dia anterior à realização da primeira Partida e o 5º (quinto) dia após a realização da última Partida de cada uma das Competições;

VIII – Prestadores de Serviços da FIFA: pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas, com base em relação contratual, para prestar serviços relacionados à organização e à produção dos Eventos, tais como:

a) coordenadores da FIFA na gestão de acomodações, de serviços de transporte, de programação de operadores de turismo e dos estoques de Ingressos;

b) fornecedores da FIFA de serviços de hospitalidade e de soluções de tecnologia da informação;

c) outros prestadores licenciados ou autorizados pela FIFA para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.

IX – Parceiros Comerciais da FIFA: pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas com base em qualquer relação contratual, em relação aos Eventos, bem como os seus subcontratados, com atividades relacionadas aos Eventos, excluídas as entidades referidas nos incisos III, IV e VII a X;

X – Locais Oficiais de Competição: locais oficialmente relacionados às Competições, tais como estádios, centros de treinamentos, centros de mídia, centros de credenciamento, áreas de estacionamento, áreas para a transmissão de Partidas, áreas oficialmente designadas para atividades de lazer destinadas aos fãs, bem como qualquer local no qual o acesso seja restrito aos portadores de credenciais emitidas pela FIFA ou de Ingressos;

XI – Partida: jogo de futebol realizado como parte das Competições;

XII – Ingressos: documentos ou produtos emitidos pela FIFA que possibilitem a entrada em um Evento, inclusive pacotes de hospitalidade e similares.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE DE ENTRADA E DA PERMANÊNCIA NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO

Art. 3º O acesso e a permanência nos Locais Oficiais de Competição durante os Períodos de Competição serão restritos às pessoas autorizadas pela FIFA.

§ 1º A FIFA tornará públicas, até 3 (três) meses antes do início de cada Evento, todas as restrições e condições que definir, nos termos do *caput*, com respeito ao controle de entrada e permanência de pessoas nos Locais Oficiais de Competição.

§ 2º Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre o controle de entrada e permanência de pessoas nos Locais Oficiais de Competição, inclusive aquelas que disponham sobre acesso preferencial e outros benefícios atribuídos a grupos especiais de pessoas.

CAPÍTULO III DAS CONDIÇÕES DE OFERTA E COMERCIALIZAÇÃO DE INGRESSOS

Art. 4º Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre produção, distribuição e comercialização dos Ingressos, bem como as informações que devam neles constar e as medidas de segurança para fins de combate à falsificação.

Art. 5º Nenhuma norma estadual que conceda gratuidade, redução de preço, meia-entrada ou qualquer outra forma de subvenção a consumidores será aplicável sobre os preços dos Ingressos.

Parágrafo único. Inclui-se no disposto no *caput* qualquer norma estadual que disponha sobre a reserva de quantidade absoluta ou percentual de Ingressos para quaisquer categorias de pessoas, seja para distribuição gratuita, venda preferencial ou a preço reduzido.

Art. 6º Nenhum direito relacionado a cadeiras cativas, cabines, camarotes, tribunas ou outras instalações semelhantes que tenham sido objeto de concessão, permissão ou autorização pelo Poder Público, será aplicável aos Eventos.

§ 1º Durante os Períodos de Competição, os Locais Oficiais de Competição, em especial os estádios onde sejam realizados os Eventos, deverão estar totalmente disponíveis, livres e desembaraçados, inclusive quanto ao uso de seus assentos.

§ 2º A FIFA poderá vender Ingressos para os locais mencionados no *caput* sem prévia autorização do Poder Público ou do concessionário, permissionário ou autorizatário, e sem que lhes sejam devidas qualquer remuneração ou indenização.

§ 3º Exceto pelos torcedores que, em decorrência de lei ou de decisão de autoridade competente, sejam impedidos de comparecer a Eventos esportivos, o Poder Público e o concessionário, permissionário ou autorizatário não poderão impedir ou de qualquer forma obstaculizar o acesso aos Locais Oficiais de Competição aos torcedores que detenham os Ingressos a que se refere o § 2º deste artigo, sob pena de responderem por perdas e danos ao detentor do Ingresso e à FIFA, bem como ao Poder Público, se for o caso.

CAPÍTULO IV

DA SEGURANÇA NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO

Art. 7º A segurança nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso, nos aeroportos, hotéis e centros de treinamento localizados no Estado do Paraná e as medidas de prevenção de acidentes ou incidentes de segurança de qualquer tipo, inclusive nos dias de Partida, será realizada, sem custos para a FIFA e para o COL, pelos poderes públicos competentes, não sendo aplicáveis aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham em sentido diverso, inclusive as que exijam a contratação de seguros de quaisquer espécies.

§ 1º O plano de segurança, a ser acordado entre a FIFA e os poderes públicos competentes, poderá contemplar o uso de segurança privada, a ser paga pela FIFA ou pelo COL, nos estádios onde se realizam os Eventos.

§ 2º O *caput* deste artigo aplica-se igualmente a normas estaduais que disponham sobre o dever de manter, nos Locais Oficiais de Competição, ambulância, médicos, equipes e equipamentos de socorro a emergências, cabendo à FIFA e às autoridades competentes decidirem sobre o tema.

CAPÍTULO V

DO CONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E PRODUTOS NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO

Art. 8º Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre a divulgação de marcas, distribuição, venda, publicidade, ou propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, consumo de mercadorias, alimentos e bebidas no interior dos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso, inclusive as que proíbem o consumo de bebidas alcoólicas.

CAPÍTULO VI

DA PUBLICIDADE NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO E DEMAIS ESTABELECIMENTOS

Art. 9º Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre veiculação de propaganda, dever de informar, campanhas de conscientização ou publicidade, de caráter institucional ou não, nos Locais Oficiais de Competição, imediações, inclusive as zonas de restrição mencionadas no §1º do art.8º, e principais vias de acesso a tais locais.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se igualmente às regras referentes à veiculação de publicidade, a todo e qualquer bem público ou a qualquer bem privado que venha a ser cedido, locado ou de qualquer forma utilizado pela FIFA, pela imprensa ou por qualquer pessoa física ou jurídica relacionada às Competições.

§ 2º Permanecem aplicáveis as regras estaduais que vedem a colocação de qualquer forma de publicidade ou propaganda que possa colocar em risco a segurança do trânsito nas vias públicas, estradas e rodovias, ou que promova ou incite qualquer forma de discriminação racial, sexual ou religiosa.

Art. 10. O Poder Público cooperará com a FIFA no combate a qualquer ilícito ou tentativa de violação ao disposto nos arts. 8º ou 9º, bem como aos direitos da propriedade intelectual relacionados aos Eventos, tais como marcas, símbolos, expressões e mascotes que caracterizem a FIFA ou os Eventos.

§ 1º O Poder Público criará, a pedido da FIFA, um comitê estadual, composto por membros dos departamentos e agências relevantes do Estado, que se reunirá a cada seis meses, ou em periodicidade menor, se necessário, para fins de revisar a implementação de aperfeiçoamentos e iniciativas, visando proteger os direitos mencionados no *caput*.

§ 2º As autoridades competentes do Estado ficam autorizadas, no exercício do poder de polícia, a tomar medidas para garantir a proteção dos direitos mencionados no *caput* podendo, inclusive, confiscar materiais relacionados à violação.

Art. 11. O Poder Público, no âmbito de sua competência, cooperará com a FIFA, investigando e combatendo as práticas publicitárias e comerciais que, sem a prévia aprovação da FIFA, visem tirar proveito econômico, mercadológico ou de imagem sobre os Eventos.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Para os fins previstos nesta Lei a FIFA fornecerá à Secretaria de Estado para Assuntos da Copa do Mundo 2014 lista contemplando os Prestadores de Serviços da FIFA, os Parceiros Comerciais da FIFA e as Subsidiárias FIFA no Brasil.

Art. 13. Durante os Períodos de Competição, as entidades públicas ou privadas que administram os estádios onde serão realizadas Partidas deverão, caso a FIFA solicite, alterar temporariamente os nomes de tais estádios, adotando os nomes indicados pela FIFA.

§ 1º Os nomes temporários adotados para os Estádios na forma do *caput* deverão ser utilizados para quaisquer fins relacionados aos Eventos.

§ 2º Durante os Períodos de Competição fica vedado o uso dos nomes temporários adotados para os estádios na forma do *caput* pelas entidades públicas ou privadas a quem pertençam tais estádios ou por aquelas que os administram, pelos clubes a eles associados e por pessoas por eles licenciadas.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também aos nomes originais dos estádios quando usados para fins associados aos Eventos com o objetivo de obter vantagem econômica, comercial ou de imagem.

Art. 14. Antes de cada Partida será executado o hino nacional das duas seleções participantes, que também terão suas bandeiras nacionais hasteadas no respectivo Local Oficial de Competição.

Parágrafo único. Não serão aplicáveis às Competições normas estaduais que disponham sobre formalidades a serem seguidas antes de Eventos desportivos, inclusive aquelas prevendo a obrigatoriedade de execução de outros hinos.

Art. 15. Aplicam-se, no que couber, às Subsidiárias FIFA no Brasil as disposições relativas à FIFA previstas nesta Lei.

Art. 16. O Governador do Estado poderá declarar feriados os dias que ocorrerem os Eventos em seu território.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Sala das Comissões, 03 de abril de 2013.



ALEXANDRE CURTI
Presidente



Relator

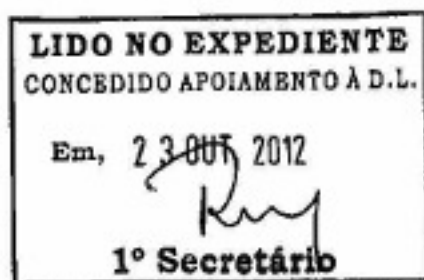




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 519/2012



SÚMULA: OBRIGA O FORNECEDOR DE SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A ENTREGAR AO CONSUMIDOR, COMPROVANTE DISCRIMINADO AO TÉRMINO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º Fica o prestador de serviços de estacionamento de veículos automotores obrigado a fornecer ao consumidor, no ato do término da prestação de serviços, comprovante que discrimine o nome da empresa responsável pela prestação de serviços e seu CNPJ, data, horário de entrada e saída do veículo, modelo, cor e placas do veículo.

Parágrafo Único Entende por prestador de serviços de estacionamento de veículos automotores as empresas que efetuem cobrança para o serviço de estacionamento e guarda de veículos, em área própria, de terceiro ou em área pública.

Art. 2º O prestador de serviços de estacionamento de veículos automotores deverá manter em seus arquivos, pelo prazo de 120 dias, cópia do comprovante discriminado no artigo 1º, permitindo ao consumidor ou órgãos públicos, em caso de necessidade, a garantia de consulta e nova cópia.

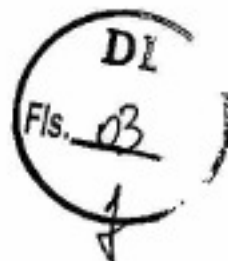
Art. 3º O descumprimento da presente Lei acarretará ao fornecedor multa no valor de 20 UPF/PR (unidade padrão fiscal do Paraná), aplicada em dobro, em caso de reincidência.

Art. 4º As empresas terão o prazo de 120 dias para se adaptarem aos termos da lei.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo disciplinar sobre a fiscalização da lei.

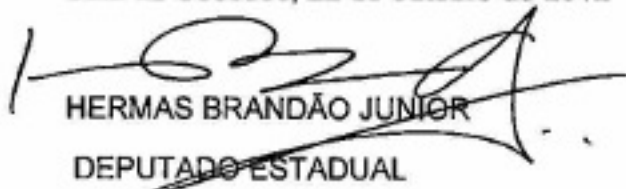


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala de Sessões, 22 de outubro de 2012


HERMAS BRANDÃO JUNIOR
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

Dentre os Direitos garantidos ao Consumidor, podemos citar o direito à efetiva prevenção contra danos causados em virtude da prestação de serviços, o favorecimento ao Consumidor para prevenção aos seus direitos e facilitação da defesa. Esse é o teor do artigo 6º, VI, VII e VIII do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - ...

II - ...;

III - ...;

IV - ...;

V - ...;

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX - ...

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gab. Dep. Hernas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hernasjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



X -

Neste sentido, todas as medidas que incrementem a proteção ao consumidor, com vistas a lhe garantir que seus direitos sejam respeitados e resguardados pode e deve ser incentivado.

No caso em tela, são inúmeros os casos em que os cConsumidores, após a prestação de serviços de estacionamento e guarda de veículos, recebe notificação de imposição de multas ou é vítima de outras situações que podem lhe causar danos. Neste intento, o presente projeto de lei visa a que o Consumidor, ao término da prestação de serviços, receba um comprovante com todos os itens que lhe garanta possibilidade de comprovar, caso necessário, que o veículo se encontrava sob a responsabilidade de empresa prestadora de serviços de estacionamento e guarda de veículos. Igualmente, com a manutenção do comprovante pelo prazo mínimo de 120 dias, poderá o consumidor recorrer à própria empresa, em caso de perda do comprovante, lhe permitindo com isso o fácil acesso à prova.

Doutra banda, o Projeto de Lei também protege o próprio prestador de serviços que manterá cadastro dos serviços prestados pelo prazo mínimo de 120 dias, lhe permitindo, caso necessário, realizar prova da sua responsabilidade ou não, dando fim a um grande número de reclamações que ocorrem em virtude de fatos como os acima relatados.

Ademais, o projeto de lei não trará prejuízos ao prestador de serviços que já detém arquivos para seu controle pessoal.

A Constituição Federal e Estadual autorizam a que o Estado, de forma concorrente com a União legisle sobre proteção ao Consumidor, como é o caso da presente iniciativa.

Ademais, a matéria aqui disposta não infringe a competência exclusiva do Poder Executivo para legislar, pelo que, não há óbice legal, constitucional ou jurídico para a aprovação da presente proposta.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Por fim, a matéria é de interesse regional, pelo que, cabe ao Estado, a exemplo de tantas outras leis já existentes no âmbito do Estado do Paraná, buscar a tutela ao consumidor, pelo que, peço apoio dos nobres Pares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 518/2012

Projeto de Lei nº 518/12

Autor: Deputado Hermas Brandão Jr.

Súmula: Obriga o fornecedor de serviço de estacionamento de veículos automotores a entregar ao consumidor comprovante discriminado ao término da prestação dos serviços.

EMENTA: SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO, COMPROVANTE DISCRIMINADO AO TÉRMINO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, DIREITO DO CONSUMIDOR, ART. 24, V, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, ARTS. 6º, III, E 25, §2º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DIREITO À AMPLA E ADEQUADA INFORMAÇÃO, CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão Jr. visa obrigar o prestador de serviços de estacionamento de veículos automotores a fornecer ao consumidor, no ato do término da prestação do serviço, comprovante que discrimine o nome da empresa responsável e CNPJ, data e horário de entrada e saída do veículo, bem como, modelo, cor e placas do mesmo.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre o assunto da DIREITO DO CONSUMIDOR, a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê no artigo 24, Inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



(...)

V - produção e consumo;

Da mesma forma, determina a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, conforme artigo 13, inciso V:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

Conforme dispõe o próprio art. 6º do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Ademais, conforme justificativa do autor, é necessário que ao término da prestação de serviço o consumidor "receba um comprovante com todos os itens que lhe garanta a possibilidade de comprovar, caso necessário, que o veículo se encontrava sob a responsabilidade da empresa prestadora de serviços de estacionamento e guarda de veículos."

Assim, o presente Projeto, ao obrigar o prestador de serviço de estacionamento de veículos automotores a fornecer ao consumidor, no ato do término da prestação do serviço, comprovante do serviço prestado é constitucional e legal, eis que visa garantir o direito à informação.

Por outro lado, a técnica legislativa encontra-se perfeitamente ajustada ao disposto na Lei Complementar nº 95/96, não havendo óbices que impeçam a tramitação do presente Projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2012.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO
unânime 20.11.12



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer ao Projeto de Lei nº 518/2012

Autor: Deputado HERMAS JÚNIOR

Relator: Deputado PEDRO LUPION

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE OBJETIVA OBRIGAR O FORNECEDOR DE SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A ENTREGAR AO CONSUMIDOR, COMPROVANTE DISCRIMANDO AO TÉRMINO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ANÁLISE PELA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO. APROVAÇÃO DO MÉRITO.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) n. 518/2012, de autoria do Deputado Hermas Júnior, objetiva obrigar o fornecedor de serviços de estacionamento de veículos automotores a entrega ao consumidor, comprovante discriminado ao término da prestação de serviços.

Inicialmente em sua justificativa o autor menciona que dentre os Direitos e garantias ao consumidor deve-se recordar a efetiva prevenção contra danos causados em virtude da prestação de serviços, o favorecimento ao consumidor para



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



prevenção aos seus Direitos e facilitação da defesa, se utilizando para tanto do disposto no artigo 6º, incisos VI, VII e VIII do Código de Defesa do Consumidor.

Nas palavras do autor, entende que da análise dos mencionados dispositivos constantes na legislação consumerista, se deve incentivar todas as medidas que incrementem a proteção ao consumidor, com vistas a garantir que seus direitos sejam respeitados e resguardados.

Argumenta que são inúmeros os casos em que os consumidores, após a prestação de serviços de estacionamento e guarda de veículos, recebe notificações de multas ou é vítimas de outras situações que podem lhe causar danos. Desta forma, o que o projeto procura de acordo com o autor é que o consumidor ao fim da prestação de serviço receba um comprovante com todos os itens que lhe garanta possibilidade de comprovar que o veículo se encontrava sob responsabilidade de empresa prestadora de serviços de estacionamento.

Justifica que o prazo para guarda do aludido comprovante se presta para o consumidor recorrer ao fornecedor em caso de perda do comprovante, lhe permitindo com isso o fácil acesso à prova.

Ainda, da mesma forma que o PL também protege o prestador de serviço que manterá cadastro dos serviços.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



prestados, lhe garantindo a possibilidade de realizar prova da sua responsabilidade ou não.

Por fim, menciona a competência desta Casa Legislativa, bem como do preponente para apresentar a proposição.

O Projeto de Lei foi aprovado em sede de Comissão de Constituição e Justiça, e então sendo encaminhada a esta Comissão, cabendo a este Parlamentar a sua relatoria.

É O RELATÓRIO.

II - VOTO DO RELATOR

Em um primeiro momento se consigne que todos os aspectos formais da presente proposição foram devidamente avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo devidamente realizado o controle de constitucionalidade preventivo¹, não havendo necessidade de tecer maiores comentários.

¹ Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, destaca-se o posicionamento de Pedro LANZA, o qual menciona que: '*O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua constitucionalidade*'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Conforme já mencionado no relatório do presente parecer, o Projeto de Lei em análise busca dar maior segurança aos consumidores de serviços de estacionamento e/ou guarda de veículos, bem como garantia aos estabelecimentos para resguardar o seu direito quando necessário realizar prova que o veículo não se encontrava sob sua guarda.

Desta maneira, em consonância ao artigo 33-P² do Regimento Interno desta Casa Legislativa, considerando a matéria versada na proposição em apreço, é de competência desta Comissão temática a sua análise, uma vez que resguarda o Direito do consumidor e do próprio fornecedor.

A iniciativa é meritória, considerando o grande aumento do segmento de prestação de serviço de estacionamento, bem como o recorrente aumento de reclamações em relação aos serviços prestados pelos estabelecimentos em comento.

Assim, de um modo geral, balizo como positiva a matéria proposta, de modo que entendo possível ser aprovada integralmente.

² Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Ante o exposto, me atendo exclusivamente ao mérito diretamente relacionado ao tema desta Comissão temática, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise nas Comissões competentes.

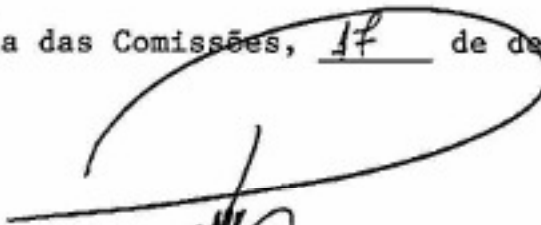
Desta forma, entendo pela aprovação do Projeto de Lei em apreço.

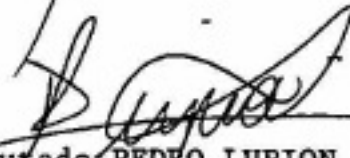
É O VOTO.


III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 518 de 2012 em sede desta Comissão.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.


Deputado PARANHOS
Presidente da CDC.


Deputado PEDRO LUPION
Relator.


Deputado ADILSON RIBEIRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 518/2012

Súmula: Obriga o fornecedor de serviço de estacionamento de veículos automotores a entregar ao consumidor comprovante discriminado ao término da prestação dos serviços.

Autor: Deputado Hermas Brandão Jr.


Relator: Deputado Duílio Genari.

JUSTIFICATIVA: o recorrente aumento de reclamações advindos deste setor de serviços vem se tornando muito frequentes, principalmente em relação aos serviços prestados, por isso o projeto em tela é meritório para resguardar maior segurança aos consumidores.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça , Comissão de Defesa do Consumidor.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 06 de março de 2013.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
Presidente


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
Relator



PROJETO DE LEI Nº 80/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 MAR. 2013

1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública o LAR DOS IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO, com sede no Município de Santa Cruz de Monte Castelo e foro no Município de Loanda.

Art. 1º. - Fica declarado de Utilidade Pública o LAR DOS IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO com sede no Município de Santa Cruz de Monte Castelo e foro no município de Loanda – Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de março de 2013.


LUIZ ACCORSI
DEPUTADO ESTADUAL




JUSTIFICATIVA:

O LAR DOS IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO é uma associação civil, filantrópica, sem fins lucrativos, destina-se a amparar pessoas idosas e pobres, dando-lhes ampla proteção como alimentação, moradia, vestuário, cuidados médicos e outros, com sede no município e cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, na Rua Padre José Gunths, 381 - Centro - Estado do Paraná, fundado em 04 de abril de 1988.

Pelo trabalho que a entidade já vem prestando à comunidade de Santa Cruz de Monte Castelo no atendimento aos idosos, está habilitada a ser reconhecida de utilidade pública estadual.

Contando com o voto favorável de todos os Nobres Colegas Parlamentares, agradeço o apoio.


LUIZ ACCORSI
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 80/13

Projeto de Lei nº. 80/13
Autor: Deputado Luiz Accorsi

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **Lar dos Idosos São Vicente de Paulo**, com sede no Município de Santa Cruz de Monte Castelo e foro no Município de Loanda.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Lar dos Idosos São Vicente de Paulo**, com sede no Município de Santa Cruz de Monte Castelo e foro no Município de Loanda, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também se encontram devidamente reguladas pelo presente estatuto.

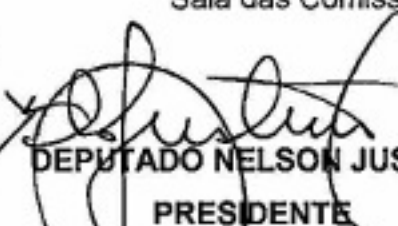
Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.


CONCLUSÃO


Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

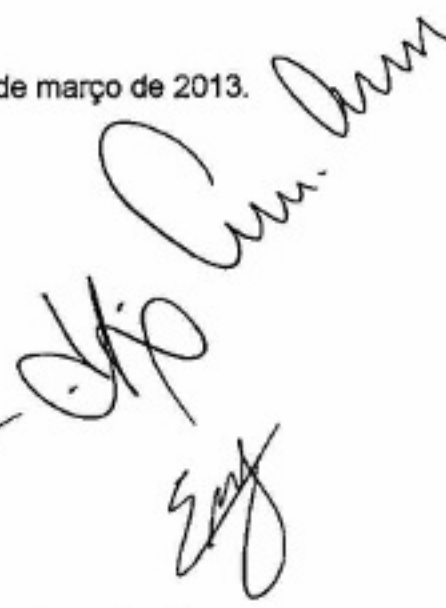
Sala das Comissões, em 26 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


APROVADO


Dados 26.03.13